



Número: **0837305-41.2019.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **7ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **09/07/2019**

Valor da causa: **R\$ 5.000,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSEFA MARIA DA SILVA ELEUTERIO (AUTOR)		FLAVIANA DA SILVA CÂMARA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
22563 608	09/07/2019 13:53	Petição Inicial	Petição Inicial
22563 626	09/07/2019 13:53	ação de dpvat correta	Documento de Comprovação
22563 625	09/07/2019 13:53	CCF09072019_0003_compressed (1)	Documento de Comprovação
22582 808	31/07/2019 12:04	Despacho	Despacho
23965 650	29/08/2019 16:04	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
29931 528	17/04/2020 09:42	Despacho	Despacho
29947 401	17/04/2020 10:28	Mandado	Mandado
31473 115	11/06/2020 12:16	Petição	Petição
31645 633	17/06/2020 16:30	Certidão	Certidão
33620 606	26/08/2020 11:18	Certidão Oficial de Justiça	Certidão Oficial de Justiça
34956 832	01/10/2020 00:06	Despacho	Despacho
36128 820	30/10/2020 22:30	Certidão de Decurso de prazo	Certidão de Decurso de prazo
36128 831	30/10/2020 22:37	Certidão	Certidão
36193 024	03/11/2020 18:13	Sentença	Sentença

em anexo



EXMO(A) . SR(A) . DR(A) . JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL
DA COMARCA DE JOÃO PESSOA/PB

JOSEFA MARIA DA SILVA ELEUTÉRIO, brasileira, casada, professora, titular do CPF nº 768.204.754-20, residente e domiciliada na Rua da República, nº 390, Bairro Do centro, Cidade de João Pessoa- PB, vem por sua advogada que esta subscreve, devidamente constituída conforme instrumento de procuração inclusa, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, para propor a presente: **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO** - DPVAT em face sob o rito processual da Lei nº. 9.099/95, em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, C.N.P.J nº 09.248.608/0001-04** , companhia de seguros participante do Consorcio de Seguradoras que operam o seguro de danos pessoais causados por veículo de via terrestre, localizada na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP:20031205, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

DA JUSTIÇA GRATUITA



Inicialmente, requer a concessão dos benefícios da justiça gratuita de acordo com a Lei 1.060/50 e suas posteriores alterações, pois A AUTORA não possui condições de arcar com as custas processuais e demais despesas inerentes ao presente processo, bem como os honorários de advogado, dentre outros, uma vez que se assim o fizesse comprometeria sua renda.

DOS FATOS

A promovente foi vítima de acidente de trânsito, sofrendo lesões de natureza grave, vindo a cair ao solo, conforme registro do Boletim de Ocorrência da Polícia Civil, que segue em anexo;

Por ocasião do acidente, a autora sofreu várias lesões que a deixaram com **DEBILIDADE PERMANENTE DO MEMBRO SUPERIOR – FRATURA DE RÁDIO DISTAL ESQUERDO E FRATURA DE CLAVÍCULA DIREITA, COM LIMITAÇÃO DA AMPLITUDE DOS MOVIMENTOS DO BRAÇO , DOR E DIMINUIÇÃO DA FORÇA,** ocorrida no acidente, conforme consta Boletim de Ocorrência Policial, Certidão do Hospital e Laudo do IML anexo, o que a torna beneficiária do seguro denominado (DPVAT) .

Nos meses subsequentes ao acidente iniciou-se o enorme sofrimento da parte autora, sempre com a esperança de recuperar-se daquela sequela, haja vista o fato de que,



para uma pessoa até então saudável, ter de permanecer com restrição na mobilidade e normalidade.

Desta forma, provida da documentação necessária, vem pleitear da empresa promovida, por ser integrante do consórcio de seguradoras que operam o seguro DPVAT, o pagamento da indenização acima referida, no valor de R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais).

II - DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA:

- Da Legitimidade Passiva -

O art. 7º, da Lei 6.194/74, determina que, em se tratando do seguro denominado **DPVAT**, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao tal consórcio será parte legítima para figurar no pólo passivo de demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do **complexo da FENASEG** se constitui em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas, a promovida.

Neste tom, alinha-se adiante o seguinte julgado, *in litteris*:

"APELAÇÃO CÍVEL - COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - LEGITIMIDADE - SEGURADORA - Qualquer seguradora autorizada



a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados". (TAMG - AP 0350628-9 - Uberlândia - 1ª C. Cív. - Rel. Juiz Silas Vieira - J. 18.12.2001) (destaque nosso).

Quanto à legitimidade passiva, nenhuma dúvida, de sorte que qualquer seguradora que atue no complexo da Fenaseg é parte legítima para pagamento do seguro obrigatório.

- Da Documentação Necessária para o Recebimento da Indenização -

Anota o art. 5º, da Lei nº 6.194/74, que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, senão vejamos:

"O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado". (grifo nosso)

Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

- Do Quantum Indenizatório -



Neste especial, a demanda não comporta maiores delongas. É que a matéria já se encontra pacificada nas mais diversas hostes forenses, inclusive no próprio **STJ**, como veremos adiante.

O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (**DPVAT**) é de R\$13.500,00, a teor da regra esculpida no art. 3º da Lei n. 6.194/74, *in verbis*:

"Art. 8º. Os arts. 3º, 4º, 5º e 11 da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

'Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

Incontroverso, também, o valor que deverá ser pago a título de indenização é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) para invalidez suportada em razão de acidente automobilístico.

- Do Interesse Processual-



O requerimento do Seguro Obrigatório DPVAT na seara administrativa não é condição obrigatória para se pleitear o aludido seguro na órbita judicial, encontrando-se a matéria expressamente prevista no texto constitucional.

O Supremo Tribunal Federal já tem entendimento pacificado quanto à desnecessidade do prévio requerimento administrativo. Entre tantos julgados neste sentido, é válido trazermos a baila o Recurso Extraordinário de número 172.084/MG, de relatoria do Ministro Marco Aurélio, que assim decidiu: **"A garantia constitucional alusiva ao acesso ao Judiciário engloba a entrega da prestação jurisdicional de forma completa, emitindo o Estado-juiz entendimento explícito sobre as matérias de defesa veiculada pelas partes. Nisto está a essência da norma inserta no inciso XXXV do art. 5 da Carta ."**

Ora, se a Constituição Federal, corroborada com o julgado do STF, inadmitiu a necessidade de prévio ingresso administrativo para apreciação posterior pelo judiciário, também não poderá fazê-lo o *judicium causae*, sob pena de grave ferimento ao texto Magno.

Certo é que a instância administrativa não encontra guarida no nosso ordenamento jurídico para gerar coisa julgada absoluta preterindo o processo judicial na resolução de conflitos. Menos ainda quando se trata de uma instância administrativa privada, como o são os processos das seguradoras que militam no ramo do seguro obrigatório.



Ora, a instância administrativa privada, como é o caso dos autos, é tão descabida quanto perguntar ao devedor quanto ele quer pagar.

Desta feita, o condicionamento do controle judicial a prévio procedimento administrativa afigura-se absolutamente inconstitucional, conforme as linhas expressas da Carta Magna.

III- DOS REQUERIMENTOS FINAIS:

Diante do exposto, requer-se de Vossa Excelência:

- a) A **CITAÇÃO** da empresa demandada, na pessoa de seu representante legal, para, querendo, contestar o feito, sob pena de revelia e confissão;
- b) Ao final, **JULGAR TOTALMENTE PROCEDENTE** a demanda em epígrafe, condenando a seguradora promovida a pagar ao promovente o valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais), provenientes da debilidade permanente suportada em virtude do acidente automobilístico;
- c) A concessão dos benefícios da **JUSTIÇA GRATUITA**, tendo em vista que o autor é pobre nos termos da Lei nº 1.060/50, não possuindo condições de arcar com as custas processuais, sem prejuízo de seu sustento e de sua família.
- d) A oportunidade de provar o alegado por todos os meios em direito admitidos, principalmente a prova documental, que segue acostada;



e) A condenação do requerido no pagamento dos honorários advocatícios na base de 20% do valor da condenação, em caso de eventual recurso.

f) Que seja designado perito judicial nos termos da resolução nº 03/2013, com o intuito da realização de avaliação médica especializada, como forma de produzir as provas necessárias para a concessão do seguro obrigatório DPVAT ou, se esse não for o entendimento de Vossa Excelência, que remeta ofício ao Instituto Médico Legal da Capital para o mesmo fim.

Dá-se à causa o valor de R\$ R\$5.000,00 (cinco mil reais).

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

João Pessoa, 09 de Julho de 2019.

FLAVIANA DA SILVA CÂMARA

OAB/PB 14.540



PROCURAÇÃO AD-JUDICIA

OUTORGANTE:

Josefa Maria da Silva Eleuterio, Brasileira, casada,
professora, RG nº 1416.457, CPF nº 768.204.734-20,
residente e domiciliado na Rua da República,
nº 390, Centro, Cidade de João Pessoa - PB

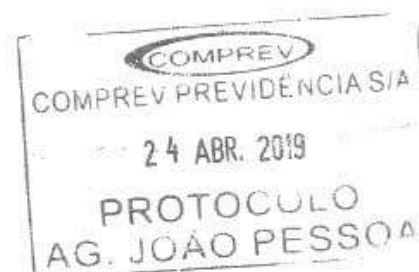
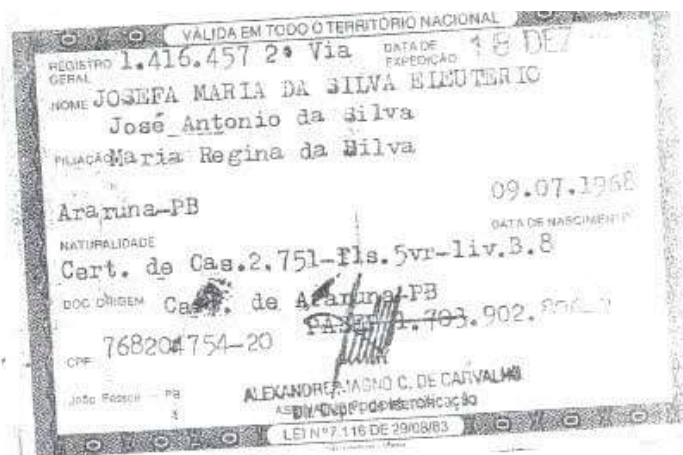
OUTORGADOS: Flaviana da Silva Câmara, Brasileira,
advogada, OAB-PB 14.540, com endereço profissional
na Rua do Dr. Severino Guimarães, nº 289,
Centro, Cidade de João Pessoa - PB

PODERES: Pelo presente instrumento de mandato, o outorgante nomeia e constitui o outorgado seu bastante procurador e advogado para o foro em geral, com cláusula ad-judicia em qualquer juízo, instância ou Tribunal, podem propor contra quem de direito as ações competentes a defendê-los nas contrárias, seguindo umas e outras até o final da decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, partilhar bens em inventários ou arrolamentos, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta em outrem, com ou sem reserva de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, podendo para tanto, usar os poderes impressos que ficam assim, expressamente ratificados.

João Pessoa, 18 de junho de 2019.

Josefa Maria da Silva Eleuterio.





PEDRO JOSE DA SILVA
RUA DA REPUBLICA, 390 - VARADOURO
JOAO PESSOA / PE CEP: 58010-190 (AG 1)



Ligação: MONOFÁSICO
Cid/Sec: RES MTC E 1 / RESIDENCIAL - RESIDENCIAL
Roteiro: 8-1-409-314C Referência: Abr/2019
Medidor: 00008182318 Emissão: 10/04/2019

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Br 230, Km 25 - Crista Redentor - João Pessoa - PB - CEP 58071-880
CNPJ 09.095.183/2001-40 Insc. Est. 16.015.823-0

Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica P003 127.064
Cid. para Deb. Automático: 00002808126

Abr/2019

10/04/2019

10/05/2019

116.204.934-40

Insc. Est.

Declaração de Quitação Anual de Débitos

Conforme previsto na Lei 12.087 de 23 de julho de 2009, informamos a quitação dos débitos referentes aos faturamentos regulares de energia elétrica desta unidade consumidora vencidos no ano de 2018 e nos anos anteriores. Esta declaração substitui, para a comprovação do cumprimento das obrigações do consumidor, as quitações dos faturamentos mensais dos débitos do ano a que se refere e das suas parcelas.

A concessionária disponibiliza nas redes sociais (Facebook, Twitter, Instagram, LinkedIn e YouTube) para acompanhar as diversas novidades, como dicas de economia, segurança, orientações sobre serviços, informações sobre investimentos, oportunidades de trabalho e muito mais!

Data	Leitura	Data	Leitura	1	325	28				
12/03/19	9223	10/04/19	9699							
CCI	Descrição	Quantidade	Tarifa	Valor Base	Custo	Alíq. ICMS (R\$)	Base Calc. PIS (R\$)	Cálculo PIS (R\$)	Cálculo COFINS (R\$)	
				Total: R\$	ICMS: R\$	ICMS	Por Centena (R\$)	1 (244,75)	4 (205,65%)	
0801	Consumo em kWh	325.000	0,854401	286,22	298,22	27	77,27	266,22	3,10	14,26
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS										
0807	CONTRIB SERV LUM PÚBLICA			14,21	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0804	JUROS DE MORA 02/2019			1,75	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0804	JUROS DE MORA 03/2019			1,50	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0806	MULTA 02/2019			4,78	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0805	MULTA 03/2019			5,11	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0803	2ª VIA CÍVEL ISO 02/2019			0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0805	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 03/2019			1,39	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00

CCI Código de Classificação do Item TOTAL 315,13 298,22 77,27 266,22 3,10 14,26
Fonte: Tributo: 9.071.770

17/04/2019

R\$ 315,13

202 | 264 | 262 | 281 | 288 | 303 | 722 | 307 | 263 | 247 | 261 | 313
Abr/18 | Mai/18 | Jun/18 | Jul/18 | Ago/18 | Set/18 | Out/18 | Nov/18 | Dez/18 | Jan/19 | Fev/19 | Mar/19

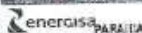
RESERVADO AO FISCO

c451.d7c5.de1a.8f94.9c2e.9fe9.7059.4809.

Composição do Consumo

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energia	87,87	27,87
Custos de Energia	20,50	6,50
Serviço de Transm.	10,81	3,35
Encargos Sociais	15,01	4,76
Encargos de Investimentos	123,57	39,21
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	316,76	100,00

Valor de EL 07/04/2019 158495



Roteiro: 8-1-409-314C
Matrícula: 200012-2019-04-E

17/04/2019

R\$ 315,13

83650000003-6 15130149000-0 02800122019-4 04600001019-2



Assinado eletronicamente por: FLAVIANA DA SILVA CÂMARA - 09/07/2019 13:53:04

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19070913530386900000021895612

Número do documento: 19070913530386900000021895612

SINISTRO 3190291378 - Resultado de consulta por beneficiário**VÍTIMA** JOSEFA MARIA DA SILVA ELEUTERIO**COBERTURA** Invalidez**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** Comprev

Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

BENEFICIÁRIO JOSEFA MARIA DA SILVA ELEUTERIO**CPF/CNPJ:** 76820475420**Posição em 30-05-2019 12:19:35**

O pedido de indenização está em análise na Seguradora Líder-DPVAT. O prazo regulamentar para conclusão do processo é de até 30 dias, caso a documentação esteja completa e não haja necessidade de informações adicionais. Por favor, aguarde e continue acompanhando seu processo neste site.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
31/05/2019	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50





BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL

Livro nº 01/2019

Ocorrência nº. 113/2019

Aos ONZE dias de ABRIL de DOIS MIL E DEZENOVE, nesta cidade de ARARUNA/PB, na Delegacia de Polícia Civil, sob a responsabilidade do(a) Dr(a). **SYMONE ROSEMBERG SILVA DE MEDEIROS**, Delegado(a) de Polícia Civil, comigo, escrevê(o) do seu cargo, aí, por volta 11h:40min, **compareceu a PESSOA a seguir qualificada:**

JOSEFA MARIA DA SILVA ELEUTERIO, conhecido(a) por **ZEFINHA**, Identidade nº 1.416.457-SSP/PB, CPF nº 768.204.754-20, nacionalidade brasileira, estado civil: _____, profissão: professora, filho(a) de José Antonio da Silva e Maria Regina da Silva, natural de Araruna/PB, nascido(a) em 09/07/1968 (50 anos de idade), do sexo feminino, residente e domiciliado(a) no(a) Sítio Estrada Grande, tendo como ponto de referência: Antonio Domingos, na cidade de Araruna/PB, fone(s) para contato: 99947.9100.

a quem lhe foi esclarecido a respeito das penas cominadas ao crime de FALSIDADE IDEOLÓGICA (CP, art. 299), tendo declarado que compareceu à esta Delegacia de Polícia Civil para narrar/registrar/informar/noticiar conforme a seguir enumerado:

- 1) **Natureza do fato:** ACIDENTE DE TRÂNSITO;
- 2) **Data do Fato:** 30 de agosto de 2018;
- 3) **Horário do fato:** 16h:0min;
- 4) **Local do fato:** Sítio Mata Velha - zona rural de Araruna/PB;
- 5) **Unidade(s) de Saúde para a(s) qual(is) o(a) acidentado(a) foi encaminhado(a):** Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena;
- 6) **O comunicante/vítima conduzia o veículo?** SIM;
- 7) **Sendo o(a) comunicante o(a) condutor(a) do veículo envolvido no acidente, é ele(ela) habilitado?** NÃO;
- 8) **O veículo do(a) comunicante encontra-se em dia com suas obrigações tributárias?** SIM

6) **Descrição do(s) veículo(s) envolvido(s) no acidente:**

MOTOCICLETA HONDA CG 125 TITAN ANO/MODELO 1998/1999 COR VERDE, PLACA: CVG4C09 CHASSI 9C2JC250XWR089065 LICENCIADA EM NOME DE JOSEALDO FERREIRA DE ARAUJO

7) **Testemunha(s) do fato/acidente:**

ANTONIO DOMINGOS, residente no Sítio Estrada Grande, zona rural de Araruna/PB
FRANCISCO RAILTON NEVES, residente no Sítio Mata Velha, zona rural de Araruna/PB

8) **Breve resumo do fato:**

QUE na data de trinta de agosto do ano dois mil e dezoito, por volta das 16 horas, a noticiante pilotava a moto acima descrita nas mediações do Sítio Mata Velha, zona rural de Araruna, quando ao passar por uma lombada, não percebeu a mesma e acabou perdendo o controle da motocicleta e caiu na pista de rolamento, sofrendo fraturas no braço, na cavícula, QUE foi socorrida pelo SAMU e posteriormente para o hospital de Trauma Senador Humberto Lucena onde foi submetida a procedimento cirúrgico de acordo com o laudo em anexo.

Nada mais a consignar, lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelo(a) noticiante, e por mim, escrevê(o) que digitei.

JOSEFA MARIA DA SILVA ELEUTERIO

Comunicante

Escrevê(o)/Agente

Matrícula nº 168.474-4



Modulo_Delegados_JLHILTO





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA
DIVISÃO MÉDICA



LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE	JOSEFA MARIA DA SILVA ELEUTERIO
DATA DE NASCIMENTO	09/07/68
NOME DA MÃE	MARIA REGINA DA SILVA

DADOS EXTRAÍDOS

BOLETIM DE ENTRADA N.º	1.105.046
DATA DO ATENDIMENTO	30/08/18
HORA DO ATENDIMENTO	20:25
MOTIVO DO ATENDIMENTO	ACIDENTE DE MOTOCICLETA
DIAGNÓSTICO (S)	FRATURA DE RÁDIO DISTAL ESQUERDO + FRATURA DE CLAVÍCULA DIREITA
CID 10	S52.5 + S42.0

AVALIAÇÃO INICIAL:

Dados extraídos do Boletim de Entrada. Paciente foi atendido neste Serviço, vítima de acidente de motocicleta, politraumatizado, com TCE, com trauma na face, com vômitos e com perda consciência(sic). Com contusão toraco-abdominal, e com fratura de antebraço. Consciente e orientada. Glasgow 15. Presença de fratura de clavícula direita, de tratamento conservador. Fratura de rádio distal esquerdo, de tratamento cirúrgico. encaminhada para o Ortopedia de Mangabeira.

EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS

TC de crânio
RX de antebraço esquerdo
RX de bacia

RESULTADOS DOS EXAMES

Fratura de clavícula direita
Fratura de punho esquerdo

TRATAMENTO:

Tratamento conservador da fratura de clavícula direita. Indicação de tratamento cirúrgico de fratura distal de rádio esquerdo, por este motivo foi encaminhada para o Ortopedia de Mangabeira.

ALTA HOSPITALAR:	31/08/18
DATA DA EMISSÃO:	12/11/18

Dr. José de Almeida Braga
CRM: 2329/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO





BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL

Livro nº 01/2019

Ocorrência nº. 114/2019

Aos DEZESSEIS dias de ABRIL de DOIS MIL E DEZENOVE, nesta cidade de ARARUNA/PB, na Delegacia de Polícia Civil, sob a responsabilidade do(a) Dr(a). **SYMONE ROSEMBERG SILVA DE MEDEIROS**, Delegado(a) de Polícia Civil, comigo, escrevã(o) do seu cargo, aí, por volta 16h:30min, **compareceu a PESSOA a seguir qualificada:**

JOSEFA MARIA DA SILVA ELEUTERIO, conhecido(a) por ZEFINHA, Identidade nº 1.416.457-SSP/PB, CPF nº 768.204.754-20, nacionalidade brasileira, estado civil: _____, profissão: professora, filho(a) de José Antonio da Silva e Maria Regina da Silva, natural de Araruna/PB, nascido(a) em 09/07/1968 (50 anos de idade), do sexo feminino, residente e domiciliado(a) no(a) Sítio Estrada Grande, tendo como ponto de referência: Antonio Domingos, na cidade de Araruna/PB, fone(s) para contato: 99947.9100.

a quem lhe foi esclarecido a respeito das penas cominadas ao crime de FALSIDADE IDEOLÓGICA (CP, art. 299), tendo declarado que compareceu à esta Delegacia de Polícia Civil para narrar/registrar/informar/noticiar conforme a seguir enumerado:

- 1) **Natureza do fato:** ACIDENTE DE TRÂNSITO;
- 2) **Data do Fato:** 30 de agosto de 2018;
- 3) **Horário do fato:** 16h:0min;
- 4) **Local do fato:** Sítio Mata Velha - zona rural de Araruna/PB;
- 5) **Unidade(s) de Saúde para a(s) qual(is) o(a) acidentado(a) foi encaminhado(a):** Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena;
- 6) **O comunicante/vítima conduzia o veículo?** SIM;
- 7) **Sendo o(a) comunicante o(a) condutor(a) do veículo envolvido no acidente, é ele(ela) habilitado?** NÃO;
- 8) **O veículo do(a) comunicante encontra-se em dia com suas obrigações tributárias?** SIM

6) **Descrição do(s) veículo(s) envolvido(s) no acidente:**

MOTOCICLETA HONDA CG 125 TITAN ANO/MODELO 1998/1999 COR VERDE, PLACA: CVG4C09 CHASSI 9C2JC250XWR089065 LICENCIADA EM NOME DE JOSENALDO FERREIRA DE ARAUJO

7) **Testemunha(s) do fato/acidente:**

ANTONIO DOMINGOS, residente no Sítio Estrada Grande, zona rural de Araruna/PB
FRANCISCO RAILTON NEVES, residente no Sítio Mata Velha, zona rural de Araruna/PB

8) **Breve resumo do fato:**

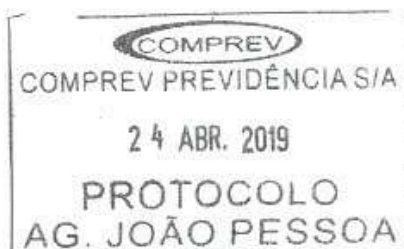
QUE na data de trinta de agosto do ano dois mil e dezoito, por volta das 16 horas, a noticiante pilotava a moto acima descrita nas mediações do Sítio Mata Velha, zona rural de Araruna, quando ao passar por uma lombada, não percebeu a mesma e acabou perdendo o controle da motocicleta e caiu na pista de rolamento, sofrendo fraturas no braço, na cavícula, QUE foi socorrida pelo SAMU e posteriormente para o hospital de Trauma Senador Humberto Lucena onde foi submetida a procedimento cirúrgico de acordo com o laudo em anexo.

Nada mais a consignar, lido e achado conforme, val devidamente assinado pelo(a) noticiante, e por mim, escrevã(o) que digitei.

Josefa Maria da Silva Eleuterio
JOSEFA MARIA DA SILVA ELEUTERIO

Comunicante

Escrivã(o)/Agente
Matrícula nº 168.474-4



Modulo_Obrig.MFC.D.ARELO



271425



LAUDO MÉDICO - RESUMO DE ALTA					
NOME: <u>JOSSA Maria Silva Cavalcanti</u>					
IDADE:	SEXO:	COR:	CLÍNICA:	ENF.	LEITO
DATA DE ADMISSÃO:		DATA DE ALTA:		TEMPO DE PERMANÊNCIA:	
DIAGNÓSTICO INICIAL: <u>Plasma coagulante nítido nstc</u>					CID
DIAGNÓSTICO DEFINITIVO: <u>O mesmo</u>					
OUTROS DIAGNÓSTICOS:					
PRINCIPAIS EXAMES:					
PROCEDIMENTO REALIZADO: <u>RAFI</u>					
TERAPÊUTICA MEDICAMENTOSA:					
ANATOMIA PATOLÓGICA:					
INFECÇÃO F.O. <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO		COLETA DE MATERIAL <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO			
RESULTADO BACTERIOLOGIA:					
CONDIÇÕES DE ALTA: <input checked="" type="checkbox"/> MELHORADO		<input type="checkbox"/> REMOVIDO	<input type="checkbox"/> A PEDIDO	<input type="checkbox"/> CURADO	<input type="checkbox"/> ÓBITO
RESUMO CLÍNICO (HISTÓRIA, EVOLUÇÃO, TERAPÊUTICA, COMPLICAÇÕES)					
<u>Plasma coagulante nítido nstc</u>					
<u>ABORTO + RASGOS</u>					
<u>Indolente</u>					
ORIENTAÇÕES PÓS ALTA					
DIETA: <u>N/25</u>					
REPOUSO: Relativo em casa por _____ dias.					
Retorno às atividades sem esforço físico em _____ dias.					
Retorno às atividades com esforço físico leve em _____ dias e com esforço maior em _____ dias.					
CUIDADOS COM A FERIDA OPERATÓRIA: Lave-a com água e sabão duas vezes por dia. Se sentir dor, calor, vermelhidão ou "inchaço" no local, ou se ocorrer febre, procurar imediatamente este Complexo Hospitalar.					
MEDICAÇÕES PARA CASA:					
RETORNO: Ao posto de saúde em _____ para retirada de pontos.					
Ao Ambulatório do _____ em 30 dias para revisão					
DATA: <u>05/09/18</u>					
Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar					
Para DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO					
TRABALHO, CONTINUIDADE DE TRATAMENTO.					

COMPREV
COMPREV
24 ABR. 2019
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA

Dr. Flávio Henrique Loyola
Traumatologia Ortopedia
CRM-PB 10.205
ASS. MÉDICO / CRM





CERTIDÃO

Nº. 0248/2019

Atendendo solicitação de JOSE ALVES PESSOA e de acordo com buscas procedidas no Serviço de Arquivo Médico e Estatística – SAME do Complexo Hospitalar Mangabeira Governador Tarcísio Burity, certifico a constatação de Ficha de atendimento ambulatorial Nº159266 e prontuário de Nº2018084776 pertencente à **JOSEFA MARIA DA SILVA ELEUTERIO** que foi atendida dia 31/08/2018 às 10H00min, vítima de acidente de moto, apresentando trauma em membro superior esquerdo.

Submetido à avaliação médica e exame de imagem que evidenciou fratura do punho esquerdo. Realizado procedimento cirúrgico em 05/09/2018 com alta médica dia 05/09/2018.

E para constar eu, Rosângela Medeiros Escorel Almeida, Médica da Vigilância à saúde, dato e assino a presente certidão.

João Pessoa, 05 de março de 2019

Rosângela M. Escorel Almeida
Médica da Vigilância à Saúde
CRM-PB 3883

Médica da Vigilância à Saúde
CRM/PB 3883



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAO PESSOA
COMPLEXO HOSPITALAR MANGABEIRA GOV. TARCISIO BURITY
RUA: AGENTE FISCAL JOSE COSTA DUARTE S/N
58056-384 JOAO PESSOA Fone: (83) 3214-1980
FAX: () CNPJ:

Ficha Nr: 159266 Atd: Nao Regula
Data: 31/08/2018
Hora: 10:00:59
Recepcionista: LENICE FLORENCIO DE F
Clinica: ORTOPEdia

DADOS DO PACIENTE

Nome: JOSEFA MARIA DA SILVA ELEUTERIO

Num. de vezes atendido: 1

CNS: 700203919772930 Sexo: F SEM DOCUMENTO: SD Fone: 99946244

Num. Prontuario: 2018.08.004776

Natural: JOAO PESSOA/PB Data Nasc.: 09/07/1968 Id: 50 ano(s)

End.: SITIO ESTRADA GRANDE, 0

Bairro: ZONA RURAL Cidade: ARARUNA UF: PB

Mae: MARIA REGINA DA SILVA

Pai:

Raca: SEM INFORMACAO Etnia: SEM INFORMACAO

Estado Civil: NAO INFORMADO

Ocupação:

INFORMACOES DE ENTRADA

Escolaridade:

Resp.: JOSEFA MARIA DA SILVA ELEUTERIO

Tf Doc. Responsavel: 99946244 / SEM DOCUMENTO: SD

Procedencia: HOSPITAL, TRAUMA

Transporte utilizado: AMBULANCIA

Vitima de acidente por: NAO

Vitima de violencia por: NAO

[] Caso Policial

PRE-CONSULTA

Tipo de Classificação de Risco: VERDE

PA: FR:

FC: TP:

Peso: Altura:

Glicemia: IMC:

Circ. Abd: O2%:

Caixa Principal

TP MA EM MS

CONDICOES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO

[] Aparentemente Bem [] Grave

[] Politraumatizado [] Convulsao

[] Hemorragia [] Dispinela

[] Diarreia [] Agitado

[] Regular [] Chocado

[] Vomito

Observacao

Historia - Exame Fisico - (hora do atendimento medico)

Paciente com queixa de dor no membro superior direito, com inicio no hospital de 1 dia, com historia de queda de 1 metro no banheiro.

Diagnostico: Distensão e edema no membro superior direito, com trauma.

Prescrição: Analgesico. Horário da medicação: 12h e 18h.

Assinado eletronicamente por: FLAVIANA DA SILVA CÂMARA - 09/07/2019 13:53:04
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19070913530386900000021895612
Número do documento: 19070913530386900000021895612



RELATÓRIO DE CIRURGIA

Nome: <u>JOSEFA MARIA DA SILVA</u>		Registro: <u>FLAVIA LIMA</u>	
Idade:	Sexo: <u>F</u>	Cor: <u>BRANCA</u>	Clinica: <u>ORTOPEDIA</u>
Data:	Cirurgião:		EMP: <u>10.205</u>
2º Assistente:	3º Assistente:		LR: <u>10.205</u>
Anestesista:	Tipo Anestesia: <u>RAFI</u>		1º Assistente:
		Horário: <u>10h</u>	Instrumentador:
		I: <u>10h</u>	T: <u>10h</u>
DIAGNÓSTICO (S) PRÉ-OPERATÓRIO			CID
<u>1 FRACTURA ARTICULAR</u>			
<u>701140</u>			
DIAGNÓSTICO (S) PÓS-OPERATÓRIO			CID
<u>- O mesmo</u>			
PROCEDIMENTO (S) CIRÚRGICO (S)			CÓDIGO
<u>RAFI</u>			
Acidente durante Ato Cirúrgico 1 () Sim 2 () Não			Descreva:
Biópsia de Congelação: 1 () Sim 2 () Não			
Encaminhamento do Paciente após Ato Cirúrgico:			
1 () Enfermaria 2 () Terapia Intensiva 3 () Residência 4 () Óbito durante o Ato Cirúrgico			

Dr. Flávio Henrique Loyola
Traumatologia e Ortopedia
CRM-PB 10.205

Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB.



Assinado eletronicamente por: FLAVIANA DA SILVA CÂMARA - 09/07/2019 13:53:04

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19070913530386900000021895612>

Número do documento: 19070913530386900000021895612



FICHA DE ADMISSÃO MÉDICA

Nome: Joely M^a da Silva Eustáquio Data de Admissão: 21/08/08
Prontuário: _____ Idade: _____ Enfermaria: _____ Leito: _____
Nome da Mãe: _____ Bairro: _____
Endereço: _____ Fone: _____ Profissão: _____
Cidade: _____ Estado: _____ Fone: _____ Religião: _____
Sexo: F () M () Cor: _____ Estado Civil: _____ Data de Nascimento: ____/____/____
Escolaridade: _____
QPD: Tramando em M8E
HDA: At. vítima de acidente de moto com queixa de dor e deformidade em punho E.
Medicações em uso: _____
Interrogatório Sintomatológico:
Geral: [] Febre [] Astenia [] Anorexia [] Perda de Peso ____ Kg em ____ [] Prurido [] Sudorese
[] Calafrios [] Alopecia [] Adenomegalias [] Icterícia [] Tonturas [] Outros: _____
Pele: _____
Cabeça e Pescoço: [] Cefaléia [] Espirros [] Rinorréia [] Obstrução Nasal [] Epistaxe
[] Dor de Garganta [] Bócio [] Rouquidão [] Disfagia Audição: _____ Visão: _____
AR e ACV: [] Dor [] Tosse [] Expectoração [] Hemoptise
[] Dispnéia [] Palpitações [] Desmaio [] Cianose [] Edema Outros: _____
ABD: [] Dor [] Pirose [] Solução [] Regurgitação [] Hematêmese [] Náuseas
[] Vômitos [] Dispepsia [] Diarréia [] Melena [] Enterorragia [] Constipação [] Aumento de volume
AGU: [] Disúria [] Incontinência [] Retenção [] Poliúria [] Oligúria [] Noctúria [] Hematúria
[] Mal Cheiro [] Corrimento [] Outras: _____
SME: [] Dor [] Rigidez pós-reposo [] Deformidades
[] Artralgia [] Calor [] Rubor [] Edema [] Crepitação [] Fraqueza [] Atrofia [] Espasmos
SN e PSQ: [] Insônia [] Sonolência [] Convulsões [] Motricidade e Sensibilidade
[] Amnésia [] Libido [] Humor

Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB.



DESCRIÇÃO DA CIRURGIA

Posição e Preparo:

Paciente em posição dorsal +
adutora + neutra + est.
Artroscopia com 2 câmeras

Incisão:

- INCISÃO EM REGIÃO VENTRAL
FLEXÃO

Achados:

- ARTROSCOPIA 3x4 + 4x4
ARTROSCOPIA DE
ARTÍCULO LUMBAR

- ARTROSCOPIA 3x4 2x0
em artroscopia

Conduta:

Dr. Flávio Henrique Lopes
Traumatologia e Ortopedia
CRM-PB 10.205

Fechamento:

OBS:

Data: ____/____/____

MÉDICO/CRM

Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB.



Assinado eletronicamente por: FLAVIANA DA SILVA CÂMARA - 09/07/2019 13:53:04

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19070913530386900000021895612>

Número do documento: 19070913530386900000021895612

Antecedentes Pessoais e Hábitos:

Doenças Anteriores: _____

Alergias: _____ [] HTF

Cirurgias: _____

[] HAS [] DM [] TB [] HEP [] Dislipidemia [] Banho de Rio [] Casa de Taipa

[] Trauma [] Neo [] Tabagismo

[] Alcoolismo

Exercício Físico: _____ Alimentação _____

Antecedentes Familiares:

HAS _____ DM _____ TB _____ NEO _____

Dislipidemias _____

Exame Físico:

Peso: _____ Kg Altura: _____ m IMC = _____ PA = _____ mmHg

FC = _____ FR = _____ TEMP(°C) = _____

Geral: _____

Cabeça e Pescoço (ORF e Otoscopia): _____

Gânglios: _____

Pele: _____

ACV: _____

AR: _____

ABD: _____

AGU: _____

SME: _____

SN: _____

Resultados de Exames Complementares: *Lx de punho (C)*

Hipóteses Diagnósticas: *Lx de fratura distal (C), fechada*

Conduta: *Internamento p/ Tto cirurgico*

[Assinatura] 31 AGO. 2018
Dr. Alexandre Corvalão
Ortopedia
CRM 108-7692 + Gerson

Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB.



ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

7ª VARA CÍVEL DA CAPITAL

Nos termos do art. 334¹ do NCPC, agende-se audiência de conciliação/mediação;

Cite(m)-se o(a)(s) requerido(a)(s) e intime(m)-se, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias;

Intime-se o autor para comparecimento, na pessoa de seu advogado – art. 334, § 3º, do NCPC;

Consigne-se que o não comparecimento injustificado das partes à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado, nos moldes do art. 334, § 8º, do NCPC.

João Pessoa, 31 de julho de 2019.

Juiz de Direito



¹ Art. 334. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.





Poder Judiciário da Paraíba
7ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

0837305-41.2019.8.15.2001 [SEGURO]
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Ato Ordinatório

Designo a pericia para o dia 09/10/2019.

Intimo o **PERITO GUSTAVO FARIAS MENDONÇA**, CRM PB 6786, para realizar as Pericias.

Intimo a parte autora através do seu o advogado para comparecer a pericia médica no dia 09 / 10 / 2019, a partir das 13:30 horas, o atendimento será por ordem de chegada, no endereço Av. Camilo de Holanda, nº 814, Centro, João Pessoa, devendo apresentar-se **portando documento pessoal com foto, cópias do boletim de ocorrência policial e do atendimento médico inicial, no dia da perícia.**

João Pessoa-PB, em 29 de agosto de 2019

MARIA JANDIRA UGULINO NETA

Analista/Técnico Judiciário





Poder Judiciário da Paraíba
7ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0837305-41.2019.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc.

Intime-se a parte promovente, **pessoalmente**, para no prazo de 05 dias, dar prosseguimento ao feito, sob pena de extinção do processo sem julgamento do mérito, por abandono da causa.

JOÃO PESSOA, 16 de abril de 2020.

Juiz(a) de Direito



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
COMARCA DE JOÃO PESSOA**

Juízo do(a) 7ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

Tel.: () ; e-mail:

Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.

MANDADO DE INTIMAÇÃO - PROMOVENTE

Nº DO PROCESSO: 0837305-41.2019.8.15.2001

CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [Seguro]

Justiça gratuita

AUTOR: JOSEFA MARIA DA SILVA ELEUTERIO

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.





Nome: JOSEFA MARIA DA SILVA ELEUTERIO
Endereço: Rua da República, 390, Centro, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58010-180

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) Dr(a). JOSE CELIO DE LACERDA SA, MM Juiz(a) de Direito deste 7ª Vara Cível da Capital, em cumprimento a determinação constante dos autos da ação de nº 0837305-41.2019.8.15.2001 (número identificador do documento transcrito abaixo), manda ao Oficial de Justiça, a quem este for entregue, que, em cumprimento a este, proceda a **INTIMAÇÃO da parte AUTOR: JOSEFA MARIA DA SILVA ELEUTERIO**, através de seu representante legal, conforme o caso, no endereço acima, para tomar ciência do seguinte DESPACHO:

Vistos, etc.

Intime-se a parte promovente, pessoalmente, para no prazo de 05 dias, dar prosseguimento ao feito, sob pena de extinção do processo sem julgamento do mérito, por abandono da causa.

JOÃO PESSOA, 16 de abril de 2020.

Juiz(a) de Direito

Prazo: 5 dias





JOÃO PESSOA-PB, em 17 de abril de 2020

De ordem, ROGERIO FELICIANO DA SILVA
Técnico Judiciário

PARA VISUALIZAR O DESPACHO ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: 20041709423193200000028785266



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ DE
DIREITO DA 7ª VARA DA COMARCA DE JOÃO
PESSOA-PB**

Processo nº: 0837305-41.2019.8.15.2001

JOSEFA MARIA DA SILVA ELEUTERIO , já qualificada nos autos da Ação de Seguro DPVAT, em face da Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT, igualmente já qualificados, vem, por sua procuradora e advogada que a esta subscreve, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em atendimento ao despacho judicial, informar que a Autora deixou de comparecer a perícia médica, tendo em vista a perca de contato telefônico da advogada com a parte Autora, muito embora venha esclarecer que esse contato já foi plenamente estabelecido, requerendo dessa forma a redesignação da perícia médica em data a ser estabelecida por este Douto Juízo.

Em face do exposto, requer o prosseguimento do feito.

Nestes termos,

Pede deferimento.

João Pessoa (PB), 11 de junho de 2020.



FLAVIANA DA SILVA CÂMARA

OAB/PB 14.540





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
7ª Vara Cível da Capital

PROCESSO Nº 0837305-41.2019.8.15.2001

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
[Seguro]

AUTOR: JOSEFA MARIA DA SILVA ELEUTERIO
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTO

Certifico e dou fé que, nesta data, faço JUNTADA aos presentes autos do(s) documento(s) pela parte autora.

7ª Vara Cível da Capital-Pb, 17 de junho de 2020.

ROSSANA COELI MARQUES BATISTA

Técnico Judiciário



CERTIDÃO

Certifico que, dirigi-me ao endereço retro e chegando lá, deixei de INTIMAR a parte promovente, em virtude de não ter encontrado a mesma no endereço retro, pois fui informado pela a proprietária do imóvel o qual pertence o endereço retro, a Sra. Flaviana da Silva Câmara, que a promovente mudou-se do endereço retro. Sendo assim, não foi possível dar inteiro cumprimento ao presente mandado. dou fé.

João Pessoa, 26/agosto/2020

João Vieira da Silva: Mat. 471.306-1





Poder Judiciário da Paraíba
7ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0837305-41.2019.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc.

Sobre a certidão do Meirinho diga o Advogado da parte autora, no prazo de cinco dias, indicando o atual endereço da sua constituinte, sob pena de extinção do processo sem julgamento do mérito.

JOÃO PESSOA, 30 de setembro de 2020.

Juiz(a) de Direito



CERTIDÃO

Certifico que **decorreu** o prazo legal sem manifestação da parte.

20/10/2020 23:59:59

JOÃO PESSOA

30 de outubro de 2020

ADALBERTO SARMENTO DE LIMA SILVA





Poder Judiciário da Paraíba
7ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

Número do Processo: 0837305-41.2019.8.15.2001
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
A s s u n t o : [S e g u r o]
Polo ativo: AUTOR: JOSEFA MARIA DA SILVA ELEUTERIO
Polo passivo: REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que compulsando os autos com vistas a cumprir a determinação judicial de atos ordinatórios, verifiquei que trata-se de processo DPVAT, em que houve despacho e mandado para intimação pessoal da parte autora, tendo seu advogado informado que havia perdido o contato telefônico com suas cliente e que já o tinha restabelecido e solicitou nova perícia, sendo que a certidão do mandado foi de que a parte autora mudou de endereço, sendo que não consta comunicação ao juízo, nem procuração com novo endereço da parte autora, houve determinação de intimação do advogado do autor para falar sobre a certidão do oficial, tendo decorrido o prazo sem manifestação, devidamente certificado pelo cartório. Sendo assim, faço os autos conclusos para novas determinações.

JOÃO PESSOA, 30 de outubro de 2020
ADALBERTO SARMENTO DE LIMA SILVA



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
COMARCA DE JOÃO PESSOA**

Juízo do(a) 7ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB -

CEP: 58013-520

Tel.: () ; e-mail:

Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.1.

SENTENÇA

Nº do Processo: 0837305-41.2019.8.15.2001

Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assuntos: [Seguro]

AUTOR: JOSEFA MARIA DA SILVA ELEUTERIO

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Vistos, etc.

I RELATÓRIO

Cuida-se de ação de cobrança de seguro, envolvendo as partes acima nominadas, ambas qualificadas e representadas por advogados constituídos, onde a parte autora alega, em suma, na inicial, foi vítima de acidente de trânsito, sofrendo lesões de natureza grave, que a deixaram com debilidade permanente do membro superior – fratura de rádio distal esquerdo e fratura de clavícula direita, com limitação da amplitude dos movimentos do braço, dor e diminuição da força.

Aduz que tem direito a receber o valor da indenização a título seguro pelo sinistro ocorrido, referente ao dano sofrido pelo promovente.

Para tanto, requereu a produção de prova pericial no intuito de demonstrar as sequelas decorrentes do acidente de trânsito.

Designada perícia médica e intimada a parte autora para comparecimento, esta não se fez presente (id 23965650, 36128820, 36128831 e 33620606).

É O BREVE RELATÓRIO.

DECIDO.

II FUNDAMENTAÇÃO

Colhe-se da inicial que a parte autora postula o recebimento da complementação do seguro.

Para tanto, postulou a parte autora a realização de perícia, no intuito de comprovar seu direito atinente ao seguro.

Ocorre, todavia, que a demandante, mesmo devidamente intimada para comparecimento à perícia previamente designada, não compareceu ao ato, e consta dos autos certidão (id 23965650, 36128820, 36128831 e 33620606), não sendo possível a realização da perícia.

A parte autora apresentou justificativa ante a ausência do exame pericial, alegando o advogado ter perdido o contato telefônico da parte autora; porém, noutra banda, o oficial de justiça (id 33620606) não conseguiu intimar a autora, em virtude de não residir na localidade indicada na exordial, deixando assim a atividade jurisdicional sendo onerada, com toda a estrutura disponível para que fosse colhida a prova do alegado.

Assim, sobre a mesma temática, a jurisprudência do Tribunal de Justiça da Paraíba:

“APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. CERCEAMENTO DE DEFESA. REJEIÇÃO. MÉRITO. DETERMINAÇÃO JUDICIAL PARA REALIZAÇÃO DE PROVA PERICIAL. AUSÊNCIA DE COMPARECIMENTO DA PARTE AUTORA AO EXAME OU DE APRESENTAÇÃO DE JUSTIFICATIVA HÁBIL. INÉRCIA DA AUTORA. NÃO DESINCUMBÊNCIA DO ONUS PROBANDI. ART. 373, I, DO CPC. AUSÊNCIA DE PROVA DO GRAU DE DEBILIDADE. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. APELO DESPROVIDO. Não configura cerceamento de defesa quando a autora, intimada para comparecer à prova pericial designada pelo magistrado, ausenta-se de tal ato sem justificativa hábil, devendo, por tais razões, ser mantido o decisum que julgou improcedente o pleito inaugural por ausência de provas, as quais não foram produzidas pela inércia do promovente. (TJPB; APL 0000645-85.2015.815.0881; Quarta Câmara Especializada Cível; Rel. Des. João Alves da Silva; DJPB 20/09/2018; Pág. 8)”

“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. IMPROCEDÊNCIA. PERÍCIA MÉDICA AGENDADA. INTIMAÇÃO PESSOAL REALIZADA. NÃO COMPARECIMENTO. AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA. INEXISTÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ. CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CONFIGURADO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. DESPROVIMENTO DO RECURSO. Intimada pessoalmente para a elaboração do laudo pericial, a ausência imotivada da parte à produção da prova pericial conduz ao julgamento do processo, cabendo ao magistrado formar o seu convencimento com base nos elementos existentes nos autos. NEGAR PROVIMENTO AO APELO. (TJPB; APL 0067716-76.2014.815.2001; Primeira Câmara Especializada Cível; Rel. Des. Alexandre Targino Gomes Falcão; DJPB 09/10/2018; Pág. 9)”

Nesse contexto, sob orientação jurisprudencial da nossa Corte de Justiça Estadual, ressoa, inegável, que a parte autora não logrou êxito em comprovar suas alegações, remanescendo, assim, a regra na qual estabelece que cabe à autora a comprovação dos fatos constitutivos do seu direito, nos moldes preconizados nos artigos 77, ss., e 373, inciso I, do CPC.

III DISPOSITIVO

Ante o exposto, JULGO **IMPROCEDENTE** os pedidos formulados na inicial, nos termos do artigo 487, inciso I, do CPC, e **CONDENO** em custas processuais pelo promovente, observando-se, contudo, as disposições do art. 98, § 3º, do NCPC, pelo que **SUSPENDO** a exigibilidade da cobrança das custas ao promovente.

Deixo de condenar em honorários sucumbenciais, pois sequer houve a citação do promovido.

Publique-se, Registre-se e Intimem-se.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.

Cumpra-se.

JOÃO PESSOA-PB, data do protocolo eletrônico.

JOSE CELIO DE LACERDA SA
Juiz(a) de Direito